

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 06 de janeiro de 2026 às 07h57
Seleção de Notícias

Migalhas | BR-SP

Marco regulatório | INPI

Você pode perder sua marca se não registrá-la no INPI	3
---	---

Terra - Notícias | BR

Direitos Autorais

Batalhas por direito autoral sob era da IA entram em ano crucial nos EUA	5
--	---

BLAKE BRITTAIN

Você pode perder sua marca se não registrá-la no INPI



Sem registrar sua marca no **INPI**, o direito de uso exclusivo não é garantido. O registro é essencial para evitar litígios, prejuízos financeiros e a perda de um ativo estratégico do negócio.

Você pode perder sua marca se não registrá-la no **INPI** Izabella Vasconcellos Santos Paz Sem registrar sua marca no **INPI**, o direito de uso exclusivo não é garantido. O registro é essencial para evitar litígios, prejuízos financeiros e a perda de um ativo estratégico do negócio. segunda-feira, 5 de janeiro de 2026

Atualizado às 09:56

Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

Introdução

"O direito não é uma ciência, é uma arte." - Sherlock Holmes

Muitos empresários, profissionais liberais, artistas e empreendedores digitais acreditam que o simples uso contínuo de uma marca ou o registro do nome

abpi.empauta.com

empresarial junto à Junta Comercial é suficiente para garantir sua titularidade. No entanto, essa percepção não encontra amparo no ordenamento jurídico brasileiro. A ausência de registro da marca junto ao **INPI** - **Instituto** Nacional da Propriedade Industrial pode resultar, inclusive, na perda do direito de utilizá-la.

O tema merece atenção, especialmente diante do crescimento do empreendedorismo e da economia digital, em que marcas se tornam ativos essenciais para a consolidação e expansão dos negócios.

O sistema brasileiro de proteção marcária

No Brasil, a proteção da marca é regida pela lei 9.279/1996 (LPI - Lei da **Propriedade** Industrial), que adota, como regra geral, o princípio da anterioridade registral. Isso significa que o direito de uso exclusivo da marca em todo o território nacional nasce, em regra, com o registro concedido pelo **INPI**, e não com o mero uso.

Assim, ainda que uma empresa utilize determinada marca há anos, ela poderá ser impedida de continuar utilizando-a caso um terceiro obtenha o registro anteriormente, desde que observados os requisitos legais.

Uso da marca não garante exclusividade

É comum a confusão entre nome empresarial, domínio na internet, perfil em redes sociais e marca registrada. Cada um desses institutos possui natureza jurídica própria e protege aspectos distintos.

O registro do CNPJ ou do nome empresarial não assegura, por si só, o direito exclusivo sobre a marca. Da mesma forma, a titularidade de um domínio ou perfil digital não impede que terceiros registrem a mesma marca no **INPI** e passem a deter a exclusividade legal de uso.

Continuação: Você pode perder sua marca se não registrá-la no INPI

Os riscos jurídicos de não registrar a marca

A ausência de registro da marca expõe o titular a diversos riscos, dentre os quais se destacam:

Notificações extrajudiciais para cessação do uso da marca;

Propositura de ações judiciais por infração marcária;

Obrigação de alterar nome, identidade visual e materiais de divulgação;

Perda de investimentos realizados na consolidação da marca;

Possibilidade de indenização por uso indevido.

Em muitos casos, o prejuízo financeiro e reputacional supera, em muito, o custo do registro.

A marca como ativo estratégico e patrimonial

A marca registrada constitui bem imaterial integrante do patrimônio da empresa ou da pessoa física titular. Pode ser licenciada, cedida, utilizada em franquias, avaliada economicamente e, inclusive, considerada em operações societárias e planejamentos patrimoniais e sucessórios.

Sem o registro, tais operações tornam-se juridicamente frágeis ou inviáveis, reduzindo o valor do negócio perante investidores e parceiros comerciais.

A importância da análise técnica e da assessoria ju-

rídica

O processo de registro de marca envolve etapas técnicas relevantes, como a escolha correta da classe de produtos ou serviços, a análise de colidência com marcas anteriores e o acompanhamento de eventuais oposições ou exigências formuladas pelo **INPI**.

Erros nessa condução podem resultar no indeferimento do pedido ou na concessão de um registro insuficiente para a real proteção da atividade exercida. Por isso, a assessoria jurídica especializada desempenha papel fundamental na mitigação de riscos e na maximização da proteção marcária.

Conclusão

"O direito não é uma ciência, é uma arte." - Sherlock Holmes

O registro da marca no **INPI** não é mera formalidade burocrática, mas instrumento essencial de segurança jurídica, proteção patrimonial e estratégia empresarial. Ignorar essa etapa pode levar à perda de um dos ativos mais valiosos de qualquer negócio: a identidade que o diferencia no mercado.

Izabella Vasconcellos Santos Paz Após uma década de experiências no Direito Extrajudicial em Cartórios e Tabelionatos de Notas, decidi compartilhar meu conhecimento fora dos "balcões" e seguir a advocacia autônoma.

Batalhas por direito autoral sob era da IA entram em ano crucial nos EUA

A extensa briga judicial sobre a cópia desenfreada de material protegido por **direitos** autorais feita por empresas de tecnologia para treinar sistemas de inteligência artificial pode estar entrando em uma fase decisiva em 2026.

Após uma série de novos processos judiciais e um acordo histórico em 2025, o novo ano promete trazer uma onda de decisões que podem definir como a lei de **direitos** autorais dos EUA se aplica à IA generativa. O que está em jogo é se empresas como OpenAI, Google e Meta podem contar com a doutrina jurídica do uso justo para se protegerem da responsabilidade - ou se devem reembolsar os detentores de **direitos** autorais, o que pode custar bilhões de dólares.

O conflito aumentou muito no ano passado. New York Times, Disney e outros grandes detentores de **direitos** autorais entraram com novas ações e os autores conseguiram um acordo em um processo coletivo de US\$1,5 bilhão com a Anthropic, o maior pagamento de **direitos** autorais da história dos EUA.

Pela primeira vez, juízes federais norte-americanos também começaram a decidir se o treinamento de IA generativa se qualifica como âuso justo, o que permite o uso limitado e não autorizado de material protegido por **direitos** autorais em determinadas circunstâncias. As primeiras decisões foram mistas, ressaltando a incerteza tanto para os detentores de **direitos** autorais quanto para o setor de tecnologia.

DECISÕES DIVIDIDAS

Os réus em quase todos os casos argumentaram que seus sistemas de IA fazem uso justo de material protegido por **direitos** autorais, transformando-o em algo novo.

Em junho, o juiz distrital dos EUA William Alsup,

em San Francisco, considerou o uso de livros pela Anthropic para treinamento de IA "essencialmente transformador", apoiando a empresa em um fator importante de uso justo. A lei de **direitos** autorais "busca promover trabalhos originais de autoria, não proteger os autores contra a concorrência", escreveu ele.

Mas Alsup também considerou a empresa responsável por armazenar milhões de livros pirateados em uma "biblioteca central" não vinculada ao treinamento - o que expunha a Anthropic a uma possível responsabilidade de até 1 trilhão de dólares antes do acordo de dezembro.

Dois dias depois, o juiz Vince Chhabria, também em San Francisco, decidiu a favor da Meta em um caso semelhante, mas alertou que o treinamento em IA "em muitas circunstâncias" não se qualifica como uso justo. Ele expressou preocupação com o fato de que a IA generativa pode "inundar o mercado" com conteúdo, minando os incentivos para criadores humanos - um objetivo central da lei de **direitos** autorais.

Alsup descartou os temores de danos ao mercado, comparando-os à reclamação de que "treinar crianças em idade escolar para escrever bem" cria concorrência. Chhabria, por outro lado, viu a IA generativa como uma possível ameaça existencial aos mercados criativos.

O QUE VEM A SEGUIR

Mais audiências estão programadas ou provavelmente serão realizadas em 2026 sobre disputas envolvendo a Anthropic e editores de música, Google e artistas visuais, Stability AI e o gerador de música Suno contra as principais gravadoras. Novas decisões podem esclarecer como o uso justo se aplica à IA ou aprofundar a incerteza, e podem ajudar a de-

Continuação: Batalhas por direito autoral sob era da IA entram em ano crucial nos EUA

terminar se as empresas de IA desfrutarão de amplas proteções de uso justo ou enfrentarão um regime de licenciamento que reformulará a economia do setor.

Enquanto isso, alguns dos principais proprietários de **direitos** autorais concordaram com acordos de licenciamento com empresas de tecnologia voltadas para IA, traçando um caminho mais cooperativo para resolver essas disputas. Além do histórico acordo de ação coletiva da Anthropic, a Disney concordou, em dezembro, em investir US\$1 bilhão na OpenAI e permitir que a startup use personagens da Disney em seu gerador de vídeo Sora AI. A Warner Music também resolveu suas ações judiciais contra os geradores de

música com IA Suno e Udio e concordou em lançar plataformas conjuntas de criação de música com eles em 2026.

A Thomson Reuters, empresa controladora da Reuters News, licenciou o conteúdo da Reuters para a Meta para seus sistemas de IA em 2024. A Thomson Reuters também está envolvida em uma disputa contínua de **direitos** autorais com a antiga concorrente de pesquisa de temas jurídicos Ross Intelligence sobre o suposto uso indevido de material do Westlaw da Thomson Reuters no treinamento de IA.

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | INPI
3

Propriedade Industrial
3

Direitos Autorais
5